

Um comentário sobre Crescer Juntos na Unidade e na Missão: 1 uma declaração conjunta da Comissão Anglicano - Católica Romana para a Unidade e Missão (2007)

Bispo Bernard Longley (15 de junho de 2007)

Observações introdutórias

Crescer Juntos na Unidade e na Missão (CJUM), uma declaração conjunta da Comissão Anglicano - Católica Romana para Unidade e Missão, é uma declaração ecumênica que precisa ser situada dentro do contexto das relações entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica nos últimos 40 anos, e mais particularmente, nos últimos 6 anos em que a declaração foi elaborada. Por um lado, como veremos, é um novo gênero de documento ecumênico; por outro, muito pouco do seu conteúdo é novidade e ele deve ser entendido como um passo dentro de um processo ecumênico mais amplo. Compreender suas origens, seu desenvolvimento e seu objetivo, é essencial para identificar o potencial da sua contribuição e determinar seus pontos fortes e fracos.

Menos de dois anos depois da assinatura, em março de 1966, da Declaração conjunta do papa Paulo VI e do arcebispo de Canterbury Michael Ransey, que deu início à busca da plena unidade visível entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica, uma comissão preparatória produziu o Relatório de Malta, que de certa forma serviu como mapa de caminho para o estabelecimento das relações anglicano / católicas. Além de propor a agenda para a entidade que em breve seria chamada de Comissão Internacional Anglicano - Católica Romana (ARCIC), o Relatório de Malta pediu a preparação de uma afirmação oficial e explícita das mais altas autoridades de cada Comunhão sobre reconhecimento mútuo, que colocaria os aspectos essenciais da fé cristã que anglicanos e católicos têm em comum. O documento de Malta também identificou numerosas propostas práticas que dariam melhor expressão eclesial a esses aspectos da fé partilhada.

Trinta e dois anos depois, em maio de 2000, um grupo de Primazes Anglicanos e Presidentes de Conferências Episcopais Católicas (ou seus representantes) foram reunidos a pedido do arcebispo de Canterbury, George Carey, e do presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, cardeal Edward Cassidy.

Encontraram-se em Mississauga, Canadá, para refletir sobre o que havia sido conseguido nas relações anglicano - católicas pela ARCIC naqueles anos, e para indagar que passos adicionais poderiam ser dados para aprofundar as relações entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica. Numa declaração que fez eco às afirmações do documento de Malta, pediram que se estabelecesse uma comissão com o mandato de preparar uma declaração conjunta que, esperava-se, seria assinada pelas autoridades anglicanas e católicas, expressando “nosso objetivo comum de unidade visível; um reconhecimento do consenso que atingimos na fé, e um novo compromisso

de partilha na vida e no testemunho comum.”¹ A Comissão (IARCCUM) se estabeleceu tendo essa tarefa como seu objetivo principal.

Os anos que se seguiram ao encontro de Mississauga, porém, trouxeram suas próprias complicações no que diz respeito às relações anglicano - católicas. Tensões internas na Comunhão Anglicana sobre questões de sexualidade humana levaram a um prolongado debate sobre o ensinamento e a prática da moral, mas também sobre a natureza da Comunhão Anglicana e os laços que unem as diversas províncias anglicanas. Essas tensões trazem à superfície o que sempre tem sido um desafio para a Igreja Católica no diálogo com a Comunhão Anglicana: as províncias anglicanas diferem consideravelmente em sua eclesiologia e no seu governo interno, dois campos que têm peso significativo nas relações ecumênicas. Considerando que a Comunhão Anglicana está no meio de um processo de discernimento na abordagem de algumas dessas diferenças em eclesiologia e processo de governo – e que esse discernimento pode ao fim dar uma definição mais precisa à natureza da Comunhão Anglicana - não parece que estejamos num momento propício a passos ecumênicos maiores até que uma maior clareza se apresente. O contexto atual interno da Comunhão Anglicana será apresentado com mais detalhes na primeira seção deste comentário.

Nesta introdução, pode ser útil abordar a relação entre a ARCIC e a IARCCUM. A ARCIC começou seu trabalho em 1970 e é uma comissão teológica com a função de estudar e determinar até que ponto os temas que provocam divisão entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica podem ser resolvidos. A IARCCUM, por contraste, é principalmente uma comissão de bispos. A declaração de Mississauga “Comunhão na Missão”, que pediu essa comissão, identificou assim sua tarefa: “Essa Comissão deverá supervisionar a preparação da Declaração Conjunta de Acordo, promover e monitorar a recepção dos acordos da ARCIC, bem como facilitar o desenvolvimento de estratégias para traduzir em resultados práticos e visíveis o grau de comunhão espiritual já atingido.”

A recepção autorizada de uma declaração ecumênica na Igreja Católica necessariamente envolve o consentimento da Santa Sé; para os anglicanos envolve decisões corporativas em cada província anglicana bem como sua ação coletiva em espírito de comunhão. Mas o processo de recepção também envolve a vida das igrejas: requer que as declarações ecumênicas sejam estudadas e compreendidas, que as convergências ou consensos colocados na declaração sejam reconhecidos pelo parceiro de diálogo, que as implicações desses acordos se reflitam nas igrejas.

A IARCCUM se compreende como animadora desse processo maior de recepção, que tanto aguarda como acompanha as respostas autorizadas das Igrejas Anglicana e Católica. Mas sua tarefa principal tem sido trabalhar pela preparação de uma declaração de acordo que pudesse ser recebida com autoridade pela Comunhão Anglicana e pela Igreja Católica, e CJUM é compreendido como um passo no processo da produção de tal declaração. No parágrafo 9, CJUM fala de seu trabalho como um “discernimento dos elementos doutrinários sobre os quais há uma disposição em ambas as Comunhões para ver no trabalho da ARCIC uma fiel expressão daquilo que a Igreja de Cristo ensina” . No parágrafo 93 declara que tem “tentado colher os frutos de quarenta anos de diálogo entre anglicanos e católicos romanos”. Mas nisso há

¹ As esperanças e intenções dos bispos reunidos em Mississauga estão no documento Comunhão na Missão e sugestões detalhadas foram oferecidas no Plano de Ação de Mississauga. Os textos de Mississauga refletem uma preocupação freqüentemente expressa nas relações ecumênicas de hoje: nossos diálogos têm produzido muitos bons resultados, mas temos agora uma necessidade de colher frutos desses resultados e permitir que eles moldem nossa vida eclesial de maneiras adequadas. Essa tarefa é freqüentemente mencionada em relação a certo desânimo a respeito da tarefa ecumênica e como resposta ao ceticismo sobre o que os diálogos ecumênicos produzem.

potencialmente uma ambigüidade sobre o relacionamento entre ARCIC e IARCCUM. CJUM identifica seu trabalho como uma Declaração de Acordo – o mesmo termo usado para descrever textos da ARCIC. Como o trabalho da ARCIC, o texto é publicado sob a autoridade dos membros da comissão. Também como na ARCIC, se afirma claramente (no prefácio dos co – presidentes) que o texto não é uma declaração com a autoridade da Igreja Católica Romana ou da Comunhão Anglicana. O que a IARCCUM oferece aqui é um pronunciamento que se destina a produzir discussão e reflexão.

Em resumo, o texto da IARCCUM pertence a um gênero diferente dos documentos da ARCIC – é uma revisão e uma síntese do trabalho da ARCIC dirigido à identificação daqueles resultados do diálogo que autoridades anglicanas e católicas podem destacar como áreas de fé comum; ainda assim, é apresentado como um texto com o mesmo status de autoridade dos documentos da ARCIC. Foi solicitado à IARCCUM que iniciasse um processo que levasse a uma declaração conjunta com autoridade, e o que se oferece aqui não é um produto final, mas um passo na direção de uma recepção autorizada dos trabalhos da ARCIC. Como veremos, o texto claramente o afirma, o que se oferece é o que é possível no presente contexto. Embora CJUM tenha buscado ser transparente a esse respeito, teria sido útil para o relacionamento entre a ARCIC e a IARCCUM que o texto fosse mais claramente articulado e que o status das declarações de convergências e consensos tivesse sido mais claramente percebido ao longo do documento.

O presente Comentário é oferecido, no mesmo espírito de CJUM, como uma sincera reflexão sobre o texto – o que ele se esforça em conseguir e quão efetivo ele é nesse propósito – tendo em mente que uma tradição já bem estabelecida em nossos relacionamentos tem avançado através de honesta e rigorosa reflexão, oferecida em espírito de amizade ecumênica. A primeira seção deste Comentário vai considerar em maiores detalhes o contexto, a metodologia e a estrutura de CJUM. Uma segunda seção busca oferecer uma visão panorâmica e uma avaliação do corpo principal de CJUM – sua síntese da ARCIC e a apresentação do grau de comunhão vivido por anglicanos e católicos. A terceira seção vai avaliar e oferecer reflexões sobre as propostas práticas e iniciativas oferecidas por CJUM, propostas que a Comissão apresenta como fundadas no acordo teológico apresentado no texto. Finalmente, a atenção do Comentário vai se voltar para quatro temas recorrentes que complementam e iluminam o tema principal do documento e para algumas observações finais. Em tudo isso, o Comentário visa oferecer uma avaliação do conteúdo e da metodologia de CJUM a partir de uma perspectiva doutrinal e pastoral católica romana, que pode ser uma ajuda para os católicos que quiserem estudar o texto sozinhos ou com seus parceiros ecumênicos.

I. Contexto e Método

(a) Contexto

Após o encontro de bispos anglicanos e católicos em Mississauga em 2000, o relatório *Comunhão na Missão* foi confiante ao declarar que “chegamos a um novo patamar muito significativo em nossa caminhada. Sentimo-nos compelidos a afirmar que nossa comunhão conjunta não é mais vista a partir de termos mínimos.”²

As aspirações e intenções dos bispos em Mississauga, nesse ponto em particular, são reminiscências do consenso que foi expresso em 1999 pela Federação Luterana Mundial e a Igreja Católica no Preâmbulo da Declaração Conjunta sobre a

² *Comunhão na Missão* §5.

Doutrina da Justificação sobre o tempo e o lugar oportunos para fazer um novo compromisso mútuo: “todos os relatórios de diálogo, bem como os posicionamentos a seu respeito, revelam, em seu tratamento da doutrina da justificação, alto grau de orientação e juízos comuns. Por isso está na hora de fazer um balanço...”³ *Comunhão na Missão* faz eco a isso quando considera que “agora é o tempo apropriado para que as autoridades das duas Comunhões reconheçam e aprovem esse novo estágio, pela assinatura de uma Declaração Conjunta de Acordo.”⁴ Essa avaliação positiva da amplitude e da oportunidade desse trabalho é refletida nos Comunicados que se seguiram aos três primeiros encontros plenários da IARCCUM em 2001, 2002 e 2003.

Um quarto encontro plenário foi planejado para 2004. Mas em dezembro de 2003, a PCPCU e organização da Comunhão Anglicana deram, a público, declarações paralelas na imprensa indicando que o encontro plenário da IARCCUM e o trabalho da Comissão para a publicação e recepção de uma declaração comum de fé deveriam ficar em compasso de espera por causa de preocupações eclesiais nascidas como consequência de acontecimentos recentes na vida da Comunhão Anglicana. Como já foi bem divulgado, esses desenvolvimentos se deveram à autorização de um rito público de bênção para casais do mesmo sexo na diocese de New Westminster, na Igreja Anglicana do Canadá, e à aprovação da indicação para bispo de um padre vivendo união de mesmo sexo em New Hampshire, na Convenção Geral de 2003 da Igreja Episcopal (EUA).

Por vários meios, a Santa Sé tem expressado sua preocupação a respeito dos aspectos morais e eclesiológicos desses acontecimentos recentes. Durante a visita do arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams, em outubro de 2003, o papa João Paulo II falou ao arcebispo sobre as “novas e sérias dificuldades” que haviam surgido e declarou: “Essas dificuldades não são simplesmente de natureza disciplinar; algumas incluem matéria essencial de fé e moral. Por isso, temos que reafirmar nossa obrigação de ouvir atenta e honestamente a voz de Cristo como ela nos chega através do Evangelho e da Tradição Apostólica da Igreja.”⁵ Durante a visita do Dr Williams à Santa Sé, em novembro de 2006, o papa Bento XVI acrescentou: “Cremos que essas questões, que estão presentemente em discussão com a Comunhão Anglicana, são de vital importância para a pregação do Evangelho em sua integridade e que nossas atuais discussões moldarão o futuro de nossas relações.”⁶

Enquanto o trabalho relacionado a uma declaração comum ficou em suspenso por mais de um ano, o arcebispo Williams convidou o cardeal Kasper para se unir a ele na formação de uma sub comissão da IARCCUM (com membros anglicanos e católicos romanos) que refletiria especificamente sobre o que o trabalho da ARCIC poderia trazer ao processo de discernimento dentro da Comunhão Anglicana. Uma subcomissão foi estabelecida e produziu um relatório chamado “Reflexões eclesiológicas sobre a Situação Atual da Comunhão Anglicana à luz da ARCIC”, que

³ *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* §4.

⁴ *Comunhão na Missão* §10.

⁵ Papa João Paulo II, “Mensagem ao arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams”, 4 de outubro de 2003, publicada em *Information Service* 114 (2003/IV), pp.173-74.

⁶ Papa Bento XVI, “Mensagem ao arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams”, 23 de novembro de 2006, a ser publicada no *Information Service* 123 (2006/III-IV), e na internet:

http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20061123_archbishop-canterbury_en.html.

passou a identificar algumas das implicações eclesiológicas das decisões morais tomadas. Sua conclusão (§44) explicita:

Temos tentado mostrar como a decisão da Igreja Episcopal USA de prosseguir com a recente consagração, apesar de forte oposição sustentada por largos segmentos da Comunhão Anglicana, coloca em questão partes significativas de nossas declarações conjuntas sobre autoridade e eclesiologia, sobre a natureza da comunhão eclesial, sobre a mútua interdependência das igrejas, sobre o papel da autoridade episcopal e colegiada na manutenção da unidade da comunhão, sobre o processo de discernimento na comunhão da Igreja e sobre o papel decisivo da Escritura e da Tradição. Essa decisão também desafia nossa mútua afirmação de que sustentamos uma visão partilhada da natureza humana e dos mesmos valores morais fundamentais.

A publicação do Relatório de Windsor, em outubro de 2004, apoiou fortemente uma eclesiologia de koinonia que convidava ao fortalecimento da interdependência das províncias anglicanas. Junto com o Comunicado do Primaz, em 24 de fevereiro de 2005, reiterou a compreensão tradicional do casamento e da sexualidade humana, como estava expresso na Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth, como ensino normativo da Comunhão Anglicana. Em maio de 2005, o PCPUC divulgou um comunicado à imprensa que declarava que Windsor e o Comunicado do Primaz “afirmam sua confiança geral e as conclusões sobre a compreensão da natureza da Igreja expressas no diálogo da ARCIC até esse ponto e que isso fornece um fundamento para a continuação do diálogo e da cooperação ecumênica.”⁷ Mesmo que a incerteza sobre o futuro continue pairando até que as atuais tensões se resolvam, a maneira pela qual a Comunhão Anglicana tratou os acontecimentos de New Hampshire e New Westminster criou um contexto no qual CJUM pode ir adiante, mas não sem considerar os eventos em questão.

A gênese e os propósitos declarados de CJUM deixam claro que o documento é intrinsecamente ligado com o desenvolvimento da relação entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica e reflete essa relação, que é governada pela vida e pelas decisões *ad intra* e *ad extra* das duas Comunhões. CJUM corretamente procurou refletir essa dinâmica tanto na sua evolução como no seu conteúdo. É um fruto desse relacionamento e tem sido moldada e repensada como uma conseqüência dele. CJUM conscientemente busca refletir e, em seu desenvolvimento, realmente contempla o que tem mudado nesse relacionamento, tanto considerando fatores de fortalecimento como a emergência de novos obstáculos e desafios. O texto observa candidamente que nossas relações“ se tornaram mais complicadas quando propostas dentro da Igreja da Inglaterra chamaram a atenção para a questão da ordenação de mulheres ao episcopado, como uma parte estabelecida do ministério em algumas províncias anglicanas” (§6). Especialmente a respeito das tensões causadas por decisões em New Westminster e New Hampshire, CJUM busca ser realista na sua compreensão do clima ecumênico no qual foi escrito o texto, fazendo comentários sobre a medida da comunhão eclesial dentro da Comunhão Anglicana, sobre comportamento moral e oferecendo sugestões sujeitas a consulta. O sóbrio julgamento da IARCCUM é que “o presente contexto, que acrescenta diferenças às que já existem entre as duas Comunhões, não é o tempo apropriado para iniciar o novo estágio formal de relacionamento visualizado pelos bispos em Mississauga” (§7).⁸

⁷ *Atualização sobre Relações com A Comunhão Anglicana*, PCPCU, 27 de abril de 2005.

⁸ É tentador especular sobre como um “novo estágio formal de relacionamento” poderia ter achado caminho em CJUM se o contexto de relacionamento entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica não tivesse sido afetado pelos recentes acontecimentos dentro da Comunhão Anglicana.

Um dos desafios para os que trabalham em nível internacional nas relações entre anglicanos e católicos romanos é que as relações variam muito em diferentes partes do mundo, moldadas por diversos fatores, dos quais os menores não são as diferentes maneiras de tratar assuntos referentes à sexualidade humana em particulares províncias anglicanas e a ordenação de mulheres ao presbiterato e ao episcopado. Embora a IARCCUM seja uma comissão que busca promover relações entre nossas duas Comunhões e, como tal, precise oferecer comentários gerais sobre o estado atual dessas relações, deve ser destacado que não existe “um” contexto uniforme no qual as decisões sobre as relações entre anglicanos e católicos romanos têm que se desenvolver; as relações são muito diferentes, por exemplo, em Papua - Nova Guiné, onde foi recentemente assinada uma aliança entre anglicanos e católicos romanos, e nos Estados Unidos, onde as tensões dentro da Igreja Episcopal são mais agudas. Essa importante consideração será desenvolvida ao comentar as propostas práticas colocadas na Parte 2 de CJUM.

(b) Metodologia e Estrutura

I) Construindo sobre Mississauga

Quando o papa João Paulo II se dirigiu aos membros da IARCCUM no seu primeiro encontro plenário, em novembro de 2001, ele os estimulou a “considerar os próximos passos práticos que devem ser dados, não só para consolidar os ganhos já conquistados, mas também para aprofundar de maneira nova a comunhão, a caminho daquela plenitude de unidade que é vontade de Cristo.”⁹ Nessas palavras o Santo Padre prefigurou o caminho pelo qual a IARCCUM iria trabalhar e apontou para a estrutura que serviria a esse objetivo.

Como foi mencionado acima, o mandato de Mississauga para a IARCCUM era rever e sintetizar o trabalho da ARCIC, de modo a identificar e articular o grau de fé partilhado por anglicanos e católicos romanos. O *Plano de Ação* de Mississauga pedia que a nova Comissão trabalhasse na preparação, assinatura e celebração de uma declaração conjunta que iria explicitar “nosso objetivo partilhado de unidade visível, um reconhecimento do consenso que atingimos na fé, e um novo compromisso na partilha de vida e testemunho comum.”¹⁰

Esse propósito claramente declarado é reiterado na comunicação à imprensa (*Press/Media Release*) divulgada pelo encontro de Mississauga, que se refere a “uma afirmação conjunta de fé. Isso expressaria formalmente o grau de consenso que já existe entre anglicanos e católicos. Todos no encontro de Mississauga acreditavam que essa ampla fé comum precisava ser oficialmente reconhecida e celebrada. Isso, por si só, levaria logicamente a conseqüências para a vida das duas Igrejas.” Essa descrição de intenções é complementada e ampliada pelo Comunicado que se seguiu ao primeiro encontro plenário da IARCCUM: “uma declaração conjunta que formalmente expressaria o grau de acordo que existe entre anglicanos e católicos e consolidaria os resultados de mais de trinta anos de diálogo.”¹¹

⁹ *Discurso do Santo Padre* aos membros de IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

¹⁰ *Comunhão na Missão* §10.

¹¹ *Comunicado*, Primeiro encontro plenário da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

II) **Revisto à luz do contexto atual**

Em sua estrutura e auto compreensão, CJUM reflete o objetivo específico delineado em Mississauga e procurou ser fiel à metodologia vislumbrada desde o começo. Mas também procurou ser realista a respeito da mudança de clima no qual sua tarefa é desempenhada e reconhece que é necessário percorrer uma estrada mais longa em direção ao objetivo de uma Declaração Conjunta. Nas entrelinhas de CJUM, percebe-se a Comissão considerando, em cuidadoso equilíbrio, a visão de Mississauga e as complexidades da situação presente e ponderando sobre o que seria possível em tal novo contexto. A mudança de estilo, de uma Declaração Conjunta da Igreja Católica e da Comunhão Anglicana para uma Declaração de Acordo da Comissão simplesmente, indica essa estrada mais longa. O texto é agora submetido às entidades responsáveis para estudo e reflexão, e as reações a ele ajudarão a Igreja Católica e a Comunhão Anglicana a discernir se, do modo como está agora ou com modificações e esclarecimentos, um acordo formal pode ser acolhido no futuro.

III) **Método na Parte 1 de CJUM**

Em *CJUM* as áreas de convergência e consenso na fé são sistematicamente destacadas sob nove títulos doutrinários na Parte 1: *A fé que temos em comum* (§§11–92), baseada em documentos de ambas as fases do diálogo da ARCIC. Na seção introdutória *Um passo adiante* (§§4–10) esse método de apresentação é expresso em termos cuidadosamente escolhidos. As conquistas da ARCIC no diálogo são apresentadas como “aqueles elementos doutrinários sobre os quais há uma disposição, em ambas as Comissões, de ver no trabalho da ARCIC uma expressão fiel do que a Igreja de Cristo ensina” (§9) e esse assentimento apóia o contínuo processo, ainda a ser completado, de recepção dentro da Comunhão Anglicana e da Igreja Católica.

Mais do que os textos da ARCIC, CJUM também destaca áreas de divergência, questões não resolvidas que ainda precisam ser enfrentadas. O texto “oferece uma honesta avaliação do que foi conseguido no diálogo... candidamente apontando as dificuldades remanescentes, identificando assim onde se mostra necessário maior trabalho teológico” (§9). CJUM é uma novidade como Declaração de Acordo, ao apresentar essas áreas onde restam dificuldades em “boxes claramente identificáveis”. Isso combina com o modo como a IARCCUM estimula um amplo estudo do documento, para que anglicanos e católicos possam “envolver-se numa busca de novas possibilidades para a cooperação e a missão.” (§126). A maneira particular como CJUM destaca as áreas que necessitam de mais estudo é talvez um reflexo do contexto no qual o ritmo do trabalho da IARCCUM foi modificado, senão interrompido. No entanto, também serve para enfatizar a importância de diálogo adicional, e possivelmente será uma ajuda na determinação de questões e temas para os quais uma terceira fase da ARCIC possa finalmente dirigir sua atenção. Durante a visita do arcebispo de Canterbury, Dr Rowan Williams, à Santa Sé, em novembro de 2006, foi feito um acordo no sentido de formar uma Comissão Preparatória, que se reuniria em 2007, para preparar propostas para o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e para as autoridades anglicanas sobre o conteúdo e o mandato para uma terceira fase no diálogo da ARCIC.

Se de um lado CJUM mostra uma leitura cuidadosa das Declarações de Acordo da ARCIC, é menos completa no que diz respeito às respostas oficiais dadas pelas autoridades ao trabalho da ARCIC. De uma perspectiva católica, a recepção de CJUM teria sido facilitada se o texto tivesse abordado mais rigorosamente as questões levantadas pela Igreja Católica na Resposta dada em 1991 ao Relatório Final da

ARCIC I. As “Clarificações” de 1993, produzidas pela sub comissão da ARCIC como resposta às questões referentes às Declarações de Acordo sobre Eucaristia (1971) e Ministério (1973), foram percebidas como capazes de fortalecer os acordos já conseguidos. Ainda assim, CJUM não apela explicitamente a essas “Clarificações”: faz referência a elas, mas não se apóia extensamente sobre elas. Também não se refere diretamente ao pedido feito nas “Observações” de 1988 da Congregação para a Doutrina da Fé por maior precisão no texto da ARCIC *Salvação e a Igreja*. Se compreendermos o processo de recepção como algo que inclui o aprimoramento de um texto à luz da reação das igrejas, a IARCCUM poderia ter tratado mais deliberadamente das questões que assim foram levantadas.

IV) Método na Parte Dois de CJUM

Como já se observou, a Introdução de CJUM declara que o texto não chega a realizar o objetivo proposto no ano 2000: “o tempo não é apropriado para iniciar o novo estágio formal de relacionamento previsto pelos bispos em Mississauga” (§7). Mas essa declaração, reiterada de vários modos nos parágrafos 7-10, é inevitavelmente seguida por apelos de envolvimento na missão comum na medida em que isso for possível e responsável. “Mesmo num tempo de incerteza, a missão que nos foi dada por Cristo nos obriga e impulsiona a buscar um envolvimento mais profundo e amplo numa parceria para a missão, junto com o testemunho comum e a oração em conjunto”(§7). Seguindo Mississauga, CJUM sugere um hiato entre a convergência teológica ou substancial acordo articulado nas declarações da ARCIC e os passos eclesiais práticos que refletiriam esses avanços teológicos. “Deve ser reconhecido que o progresso na direção do consenso na fé atingido através do diálogo teológico tem sido substancial, mas que nas últimas quatro décadas apenas começamos a dar expressão tangível aos elementos incontroversos da fé partilhada” (§7). Esse hiato aponta para o principal tema unificador de CJUM: o relacionamento entre os laços de comunhão e o envolvimento na vida comum e na missão. Enquanto a parte principal de CJUM trata dos laços de comunhão entre anglicanos e católicos, as últimas frases de sua Introdução preparam o caminho para a Parte Dois do texto:

“Mesmo que este não seja o momento de iniciar um novo estágio formal em nossas relações, cremos que é tempo de construir pontes a partir dos elementos da fé que temos em comum e das expressões tangíveis dessa crença partilhada em nossa vida eclesial. A seção final desse documento, portanto, propõe passos específicos para aprofundar nosso companheirismo na vida e na missão, que cremos estarem abertos para nós e que seriam adequados no presente contexto”. (§10)

A Parte Dois de CJUM se propõe explorar as possibilidades reais, ainda que limitadas, para a vida e a missão em comum que se abriram às nossas duas Comunhões, tendo como base a amplitude da fé que partilhamos. Propõe modos de reconhecer e celebrar o estágio em que estamos atualmente, na busca da plena comunhão, e sugere maneiras de expressar, aprofundar e expandir isso através da cooperação no testemunho, na formação, no serviço social e na missão. Como se declara no Prefácio (§5) : “é um chamado à ação, baseado numa honesta avaliação do que foi conseguido em nosso diálogo.”

Ainda assim, há uma tensão inerente embutida em CJUM, precisamente na ligação central do texto, entre unidade e missão. Como o texto reconhece, e assim também faz o trabalho da ARCIC no qual ele se baseia, os acordos e convergências apresentados na Parte Um de CJUM são oferecidas para avaliação. As iniciativas

práticas baseadas nessas convergências são, de várias maneiras, dependentes de uma recepção positiva da Parte Um. Já que a primeira parte de CJUM não tem uma aprovação com peso de autoridade, fica claro que as sugestões práticas da segunda parte necessitarão ser examinadas à luz do ensinamento católico e dos procedimentos vigentes no presente. Acontecimentos recentes, especialmente na Igreja Episcopal (USA) e a natureza potencialmente transformadora das decisões, que lá estão sendo contempladas, tornam difícil fazer declarações gerais a respeito do que é possível no presente. Esses são fatores que moldarão a leitura que este comentário faz das propostas específicas apresentadas na Parte Dois de CJUM.

V) Precedentes ecumênicos

Já foi dito em outro lugar que há algumas semelhanças entre a metodologia e a estrutura da Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, de luteranos e católicos romanos e CJUM. Enquanto a Declaração Conjunta de luteranos e católicos romanos focaliza uma doutrina particular (a justificação), o que está presente em CJUM abrange um conjunto de doutrinas, espelhando a amplitude teológica que quarenta anos de diálogo têm dado ao diálogo entre anglicanos e católicos romanos. O método, no entanto, divisa uma colheita de frutos semelhante no diálogo, de modo a conduzir a um aprofundamento da comunhão. No relacionamento entre a Federação Luterana Mundial e a Igreja Católica há uma razão bem determinada para sintetizar e datar o diálogo: “para mostrar que, com base em seu diálogo, as Igrejas que subscrevem o acordo- Luterana e Católica Romana – estão agora aptas a articular uma compreensão comum de nossa justificação pela graça de Deus através da fé em Cristo,”¹² Nisso é diferente de CJUM em que o reconhecimento e a expressão de nossa fé comum têm o propósito mais amplo de levar anglicanos e católicos a “viver e testemunhar juntos de maneira mais completa aqui e agora” (§96), derivando daí a ampla gama de sugestões e convites colocados na Parte Dois do texto. No meio de tudo isso, deve ser destacado de novo que a maior diferença entre a Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação e CJUM é que a Declaração Conjunta passou por um processo formal de recepção e é uma afirmação com peso de autoridade para os parceiros signatários, enquanto CJUM não chegou a esse estágio e, conseqüentemente, carece dessa autoridade.

Num outro aspecto – o tratamento dado às áreas onde há significativas diferenças – CJUM reproduz o método teológico e o padrão de apresentação tanto da Declaração Conjunta de luteranos e católicos romanos como da recente Declaração de Acordo da ARCIC, embora as conclusões tiradas em cada caso sejam diferentes. A Declaração Conjunta de luteranos e católicos romanos está apta a apresentar áreas de “consenso sobre verdades básicas da doutrina da justificação”, reconhecendo que estas “não cobrem tudo que cada igreja ensina sobre justificação” e afirmando que “as diferenças restantes na sua explicação não são mais motivo para condenações doutrinárias.”¹³

A ARCIC seguiu um padrão semelhante de apresentação na sua Declaração de Acordo *Maria: Graça e Esperança em Cristo (MGEC)* na qual “propõe uma declaração mais completa de nossa crença partilhada sobre a Bendita Virgem Maria” mas pode “também considerar diferenças de prática, incluindo a explícita invocação a Maria.”¹⁴ Embora não pretenda ter alcançado totalmente isso, MGEC ainda “aponta para a

¹² *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* §5.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Maria: Graça e Esperança em Cristo* §3.

possibilidade de mais ampla reconciliação, na qual temas referentes à doutrina e a devoção a Maria não precisem mais ser vistos como divisores da comunhão ou obstáculo a um novo estágio de nosso crescimento na direção da visível *koinonia*.¹⁵

II. Comunhão e Missão: O tema principal de CJUM

A experiência da partilha na oração, na reflexão teológica e na vida comum, que marcou o encontro dos bispos em Mississauga, trouxe a eles uma melhor visão da natureza e do estado do relacionamento entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica que iria influenciar e moldar o trabalho da IARCCUM e também depois a visão oferecida por CJUM. Há uma consistente convicção, comum às declarações de Mississauga e da IARCCUM e articulada de modo distinto por CJUM, de que a comunhão eclesial em Cristo tem dimensões características e inter-relacionadas (em CJUM § 36 elas são, embora não idênticas, compatíveis com os laços de comunhão familiares à eclesiologia católica como comunhão na fé, na vida sacramental e na supervisão pastoral) e essa comunhão na fé, sendo uma dessas dimensões, uma vez reconhecida e articulada em conjunto, pode e deve impulsionar tanto os cristãos individualmente como as Igrejas na direção de uma expressão mais completa dessa comunhão em suas outras dimensões.

Em Mississauga, *koinonia* é reconhecida como dom a ser acolhido e como instrumento a ser utilizado: “A comunhão constituída por aquilo que já partilhamos tem em si uma dinâmica interna que, animada pelo Espírito Santo, nos impele a avançar”. É compreendida, além disso, como “uma comunhão de compromisso conjunto com a nossa missão comum no mundo.”¹⁶ Como declarou o papa João Paulo II, “precisamos viver e praticar essa comunhão que, embora ainda não seja plena, já existe entre nós.”¹⁷ Em suas primeiras deliberações, a IARCCUM tinha considerado uma variedade de maneiras pelas quais essa comunhão na missão poderia ser expressa e vivenciada: “um possível caminho pra uma maior cooperação no campo de relações entre diferentes tipos de fé... os membros (da IARCCUM) afirmaram a importância de aprofundar nosso compromisso de trabalhar juntos na esfera social e cultural para a defesa da dignidade humana e a promoção da justiça e da paz.”¹⁸

O título da Declaração de Acordo, *Crescer Juntos na Unidade e na Missão*, reflete a convicção, expressa em Mississauga, de que existe uma relação lógica, teológica e intrínseca entre desenvolvimento da experiência de comunhão eclesial e o imperativo de um engajamento passo a passo em formas de vida e missão partilhadas. Essa convicção é apresentada na seção introdutória de CJUM (§§1–3) como um *Compromisso com a unidade e a missão*, que tem sido um aspecto constante das relações Anglicano/ Católica Romanas por um período de quarenta anos; o Apêndice 1 – *Unidade e Missão* – ajuda a expandir esse compromisso ao recorrer aos documentos oficiais de cada uma das duas Comunhões antes de enfatizar o nosso compromisso partilhado.¹⁹

Esse tema do relacionamento entre comunhão e missão percorre e permeia as nove áreas doutrinárias delineadas na Parte Um (§§11–92), mas é considerado mais amplamente no que pode ser visto como o centro teológico de CJUM, em suas seções

¹⁵ *Ibid.*, §80.

¹⁶ *Comunhão na Missão* §8.

¹⁷ Homilia de Vésperas, marcando o encerramento da Seman de Oração, Basilica de São Paulo Fora dos Muros, Roma, 25 de janeiro de 2001.

¹⁸ *Comunicado*, Primeiro Encontro Plenário da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

¹⁹ Esse compromisso partilhado é endossado e apoiado no Apêndice I com ampla referência à *Declaração Comum* assinada por sucessivos papas e arcebispos de Canterbury.

sobre *Crença em Deus como Trindade* (§§11–14), *Igreja como Comunhão na Missão* (§§15–25), e *Discipulado e Santidade* (§§77–87). Uma consideração preliminar dessas seções ajudaria a perceber o tema de comunhão e missão, do modo como é apresentado em outras seções da Parte Um.

A teologia de comunhão e missão, que se pediu que a IARCCUM delineasse a partir do diálogo da ARCIC e que fornece a CJUM seu objetivo e sua dinâmica, mostra ter suas raízes em nossa fé partilhada e na comunhão entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. *Crença em Deus como Trindade* reflete o ensinamento católico de que nossa experiência de comunhão eclesial – em suas duas dimensões de relação com Deus e de relação com nossos irmãos e irmãs em Cristo – é sempre compreendida como uma partilha, através de Cristo, da eterna comunhão que caracteriza a revelada vida íntima de Deus, para a qual somos continuamente atraídos e a partir da qual nos unimos pelos “santos dons de Deus da palavra e do sacramento” (CJUM §14).

Se isso é verdade a respeito da plenitude da comunhão eclesial, então também é verdade, não comensuravelmente, mas absolutamente, a respeito da comunhão entre anglicanos e católicos romanos e é o primeiro forte motivo para avançar da experiência da comunhão para a sua expressão mais plena na vida e na missão. “Somos chamados a vivenciar visivelmente essa real, mas imperfeita comunhão, enquanto nos empenhamos na busca da plena unidade visível” (GTUM §14).

No ensinamento do Concílio Vaticano II, a Igreja é “o sacramento universal de salvação”²⁰ cuja missão é levar todas as pessoas à comunhão com Deus e à comunhão de umas com as outras em Cristo. Em *Igreja como Comunhão na Missão*, CJUM destaca a ligação intrínseca, que a ARCIC reforça, entre comunhão eclesial e missão e disso tira conseqüências: “A Igreja é destinada a ser o “sacramento” da palavra salvadora de Deus, “como sinal e instrumento” (ARCIC, *Relatório Final*, Introdução, n 7) do propósito de Deus em Cristo: “unir todas as coisas nele, as que estão no céu e as que estão na terra” (Efésios 1,10)” (CJUM §16). Isso pode ser visto como um julgamento da nossa condição de comunhão imperfeita e se tornar um forte motivo para um empenho mais efetivo na busca da plenitude da comunhão: “A vivência de comunhão da Igreja é, portanto, uma parte vital de sua missão, que fica prejudicada quando falta comunhão.” (CJUM §17).

Ao mesmo tempo, a experiência e o reconhecimento da comunhão entre parceiros ecumênicos tem-se mostrado dependente dos frutos do diálogo ecumênico e em particular da capacidade de promover reconhecimento daqueles elementos de bondade e verdade que são propriedades da identidade eclesial: “O grau de comunhão visível depende da extensão do nosso reconhecimento mútuo dos santos dons e dos elementos constitutivos da Igreja, de uns para com os outros” (CJUM §20). A IARCCUM supõe aqui nas entrelinhas, de um modo que poderia ter sido mais claramente articulado, que a partilha de dons, como foi pedida na encíclica *Ut Unum Sint* do papa João Paulo II (§28), é precisamente dirigida a nos ajudar a dar uma expressão visível à nossa unidade, baseada no compartilhamento de elementos constitutivos da Igreja.

O tratamento que CJUM dá à Igreja, como *koinonia*, faz perceber que a unidade é parte “da essência da Igreja” e que “sua unidade precisa também ser visível” (§18), mas o texto teria ficado bem mais enérgico se tivesse afirmado mais diretamente que a unidade visível é uma característica essencial ou “marca” da Igreja dada por Cristo

²⁰ *Lumen Gentium* §48.

desde o começo. Poderia, então, ter considerado a basilar questão eclesiológica dos fundamentos da unidade da Igreja, antes de identificar visíveis “estruturas de comunhão” como estando entre os temas que requerem maior aprofundamento. Como CJUM discute isso na parte que aborda o tema da autoridade, o leitor deve ter em mente que as duas seções devem ser lidas em relação uma com a outra.

Dois temas da seção sobre *Igreja como Comunhão*, identificados como necessitados de trabalho teológico adicional, serão tratados na seção final deste comentário: as estruturas internacionais de comunhão dentro da Comunhão Anglicana (§21) e o ministério do primado universal dentro da Igreja Católica (§23).

Em *Discipulado e Santidade*, o texto faz uma de suas mais enérgicas afirmações sobre a relação entre comunhão e vida cristã, indicando que as decisões morais pessoais e comunitárias que assumimos têm uma relação direta com o grau de comunhão de que desfrutamos. O texto de CJUM usa os termos mais fortes (“integrado”, “constitutivo” e “essencial”) para explicar a força que está presente nessa relação, falhando apenas na falta de uma reflexão sobre o efeito desagregador do pecado em nosso relacionamento com Deus e de uns com os outros.²¹ Assim, “o comportamento moral está integrado à manutenção da comunhão com a Trindade Santa, bem como à comunhão na comunidade dos crentes na Igreja”, e “nossa aceitação comum dos mesmos valores morais fundamentais e a partilha da mesma visão de humanidade ... são elementos constitutivos da comunhão eclesial e são essenciais para a comunhão visível da Igreja” (CJUM §77).

Numa bonita reflexão sobre a natureza humana, CJUM desenvolve um tema intrínseco à nossa compreensão da *imago Dei* na criação dos seres humanos: em certo sentido, nossa natureza humana, criada à imagem e semelhança de Deus, deve refletir a vida íntima da Trindade e, portanto, no seu nível mais profundo, leva a marca da divina, eterna comunhão. Isso é compreendido como sendo a base de nossa dignidade humana e nos oferece uma visão do laço existente entre a antropologia cristã e a teologia de comunhão. “Afirmamos a dignidade da pessoa humana – homem e mulher – criada por Deus para a comunhão com Deus... Pessoas humanas são criadas para a comunhão e comunhão envolve responsabilidade em relação à sociedade e à criação, como também em relação a Deus” (§79). Assim CJUM desenvolve sua apresentação do laço que existe entre comunhão e missão, colhido no diálogo da ARCIC, e nos leva à consideração das expressões concretas da missão comum que estão apresentadas na Parte Dois.

Apesar da encorajadora medida do consenso sobre questões morais que a Declaração de Acordo da ARCIC II (*Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja*) encontrou entre nossas duas Comunhões quando foi apresentada em 1994, o contexto que mudou em nossas relações ecumênicas resultou numa lista extensa de “sérios desacordos em temas específicos”, que são elencados em CJUM 86, no fim da seção sobre *Discipulado e Santidade*. Não resta dúvida de que CJUM considera esses temas como urgente prioridade para o nosso futuro no diálogo e na cooperação: “É urgente que nos aconselhem, tomemos decisões em conjunto e juntos possamos agir quanto ao ensinamento moral, para guiar e orientar os discípulos de Cristo no caminho da santidade e para testemunhar efetivamente com credibilidade o amor e a justiça de Deus ao mundo” (§87).²²

²¹ O relacionamento entre comunhão e santidade, no qual Cristo como *diakonos* une e atua como mediador pode ser fortemente contrastado com o que acontece na divisão e no pecado, onde o *diabolos* interrompe e espalha.

²² Enquanto a Igreja Católica consideraria isso como fortemente desejável, se não essencial, para o prosseguimento

Motivo de particular preocupação a esse respeito é o §86e, sobre casamento, sexualidade humana e os específicos temas morais que ameaçam enfraquecer a consistência da Comunhão Anglicana. Como se mencionou acima, da perspectiva da Igreja Católica, as decisões com que no momento a Comunhão Anglicana se defronta dizem respeito não somente à disciplina mas também à doutrina e têm conseqüências vitais para as relações entre anglicanos e católicos romanos. CJUM afirma de modo conciso que há também questões subjacentes de antropologia e hermenêutica bíblica que precisam ser abordadas – é uma frase breve convidando a uma discussão mais extensa e tendo profundas implicações. Nesse mesmo caminho, em sua reflexão sobre o *Relatório de Windsor*, o cardeal Kasper mencionou a importância de uma abordagem conjunta dessa “questão que está se tornando progressivamente aguda, ou seja, a tensão entre o Evangelho, como está refletido no testemunho apostólico, e as abordagens e tendências de nossas sociedades pós modernas.”²³ O texto recomenda que estruturas de consulta sejam criadas em ambas as Comunhões para evitar qualquer expansão nas áreas de desacordo (§87).

A seção sobre *Discipulado e Santidade* também se refere ao sacramento do matrimônio e, nesse contexto, declara com confiança que, “em ambas as Comunhões, o marido e a mulher são os celebrantes do sacramento” (§85), uma afirmação que é ao mesmo tempo interessante e desafiadora. Embora reconheça que o matrimônio “tem uma dimensão naturalmente sacramental” (§85), não fica claro o significado preciso dessa “sacramentalidade natural” e não foi dito em CJUM que o termo “celebrantes do sacramento” teria o mesmo significado na Comunhão Anglicana e na Igreja Católica.²⁴

À luz dessas três seções, é útil acompanhar o tema da comunhão e missão como ele se apresenta nas seis seções doutrinárias restantes da Parte Um, antes de refletir sobre a maneira como isso toma expressão concreta através das sugestões e convites da Parte Dois.

Na seção *A Palavra Viva de Deus* (§§26–32), percebemos a convicção da ARCIC de que a tradição²⁵ deve ser entendida como estando a serviço da dimensão temporal da comunhão: “Corretamente entendida, a tradição é em si mesma um ato de comunhão pelo qual o Espírito Santo une as igrejas locais de nossos dias àquelas que as precederam na única fé apostólica” (CJUM §27).

Já se observou anteriormente que CJUM apresenta temas para estudo teológico a ser mais aprofundado numa série de boxes, dentro de seções relevantes do documento. No entanto, há uma ocasião em que um tema teológico é identificado no texto como uma dificuldade remanescente ou necessitado de mais estudo, sem que tenha sido adequadamente apresentado num box adjacente. É o que se encontra nessa seção sobre *A Palavra Viva de Deus*, quando se afirma: “Concordamos que o ensinamento, a pregação e a ação da Igreja precisam constantemente ser avaliados

de nosso diálogo, para o fortalecimento de nossas relações e para tornar nossa missão mais efetiva, para a Comunhão Anglicana isso viria a ser um das mais desafiadoras recomendações de CJUM porque solicita que a Comunhão obtenha, num contexto ecumênico, o que já se mostrou tão difícil de conseguir entre as próprias províncias anglicanas.

²³ Carta do cardeal Walter Kasper ao Dr Rowan Williams, 17 de dezembro de 2004.

²⁴ A própria compreensão teórica do matrimônio na Igreja Católica é complexa, abrangendo tanto o casamento sacramental como o não sacramental. Isso também pode se tornar um campo de frutuosa pesquisa teológica em qualquer futuro diálogo Anglicano/Católico Romano.

²⁵ A nota de rodapé 57 de CJUM 57 identifica a tradição como “o processo da tradição, a transmissão da verdade revelada” e assim a distingue da próprio corpo da verdade revelada.

pelas Escrituras; no entanto, a maneira pela qual cada uma das nossas Igrejas compreende a função das Escrituras como “teste e norma” necessita ainda de maior clarificação.” (§29). Isso também merece ser destacado em um box, já que tem fundamental importância em todas as outras áreas do diálogo Anglicano/Católico Romano.

A seção sobre o *Batismo* (§§33–38) focaliza a fé partilhada por anglicanos e católicos de que através do batismo somos sacramentalmente incorporados à Igreja como Corpo de Cristo. Nossa incorporação é vista como algo interior e oculto, uma “comunhão espiritual”²⁶ que precisa se manifestar: “Essa comunhão espiritual dos batizados recebe a necessária expressão numa comunidade visível” (§36). Mais do que isso, o dom da comunhão eclesial através do batismo traz consigo um imperativo de engajamento na vida cristã em conjunto e na ação evangélica: “Nossa comunhão fundamental no batismo nos dá uma compartilhada responsabilidade de testemunhar, tão plenamente quanto possível, o Evangelho de Cristo diante do mundo” (§38).

Quando CJUM trata da *Eucaristia* (§§39–49), reitera a fé comum de anglicanos e católicos de que “a visível comunhão no corpo de Cristo, à qual somos introduzidos no batismo, é alimentada, aprofundada e expressada” quando recebemos a Eucaristia (§39). Não é usual para CJUM fazer citações de documentos ecumênicos que não sejam da ARCIC, mas parece apropriado, nessa seção, recorrer ao texto de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas *Batismo, Eucaristia e Ministério* (BEM), considerando a participação de representantes anglicanos e católicos na sua produção. A questão referente à amplitude da comunhão no tempo e no espaço – “A comunhão estabelecida no corpo de Cristo é uma comunhão com todos os cristãos em todos os tempos e lugares”(CJUM §44) – tem implicações para a nossa compreensão da comunhão eclesial parcial, que também se poderia beneficiar de mais ampla reflexão teológica.

Apesar do acordo declarado sobre a real presença de Cristo na Eucaristia (cf. Par. 39–44), a doutrina católica sobre a Eucaristia é mais específica do que o que encontramos expresso nessa seção de CJUM. Aqui teria sido útil que o documento se tivesse baseado nas “Clarificações” de 1993 e assim eliminasse qualquer possível interpretação que ficasse fora dos parâmetros da compreensão católica romana da Eucaristia.

É conveniente que uma Comissão episcopalmente conduzida dedique séria atenção ao modo como a *epíscope* presta serviço à comunhão da Igreja. Na seção sobre *Ministério* (§§50–61), a visão da ARCIC sobre o bispo como ministro da unidade é expressa em termos sacramentais: “A comunhão das igrejas na missão, na fé e na santidade através do tempo e do espaço é assim simbolizada e mantida no bispo” (§54). Considerando a principal corrente teológica de CJUM, isso pode também ser visto como relacionado à responsabilidade episcopal em outros laços de comunhão: “Em suas dioceses, quando se reúnem regionalmente e em nível mundial, os bispos têm um papel especial na manutenção da fidelidade da Igreja ao ensinamento apostólico, em conformidade com o pensamento de Cristo” (§55).

Esta seção poderia ter sido fortalecida de duas maneiras. Primeiramente, CJUM fala da ordenação como um “ato sacramental” e que tem uma “natureza sacramental” (§53), e acrescenta que a Eucaristia do ministro ordenado tem “uma particular

²⁶ O termo “comunhão espiritual” que CJUM utiliza pode ser compreendido e usado pela IARCCUM em mais de um sentido: isso recebe consideração adicional neste Comentário.

configuração sacramental a Cristo como Sumo Sacerdote” (§57). Ainda assim, o termo “sacramento” não é definido em lugar algum do texto. Tal definição teria trazido maior clareza. Em segundo lugar, o material colocado em box a respeito da ordenação das mulheres ao presbiterato e ao episcopado (§§60–61) poderia ter afirmado mais claramente que isso não é um tema de discordância eclesial meramente disciplinar, mas de natureza doutrinal.

Continuando a partir da seção sobre ministério, e bem relacionado a ele, temos o tratamento que o texto dá ao exercício da *Autoridade na Igreja* (§62–76) que tem, de acordo com a citação que CJUM faz do texto da ARCIC *O Dom da Autoridade* (n.32), “uma radical dimensão missionária”. De novo CJUM enfatiza a responsabilidade do bispo no exercício da autoridade em apropriada interação com o povo de Deus como um serviço à comunhão eclesial: “Bispos têm...uma especial responsabilidade de promover a verdade e discernir o erro para preservar e promover a comunhão” (§66). A reflexão feita no §70 sobre a necessidade de “um ministério de primazia a cada nível da vida da Igreja como um laço e um foco visível de sua comunhão” está claramente relacionada em CJUM ao sentido do valor que a ARCIC dá a um ministério de primazia universal “exercida pelo bispo de Roma como sinal e foco da unidade numa Igreja reunida”. (§71).

Em relação a essa seção eu ofereceria duas críticas. A primeira é sobre a escolha dos dois exemplos citados no §74 para ilustrar a recomendação do §73 para “refletir sobre a relação entre o nível local e universal na vida da Igreja”. A abertura da Comunhão Anglicana para estabelecer mais robustos “instrumentos de supervisão” se emparelha com a disposição da Igreja Católica de ter meios para “garantir a consulta entre o bispo de Roma e as igrejas locais antes da tomada de decisões importantes”. Embora haja um equilíbrio teológico ao se pedir às duas Comunhões que tratem desses temas, eles não têm o mesmo peso em termos da sua imediata importância para a integridade e a coerência eclesiais. Há uma urgência, pragmática e eclesiológica, a respeito da questão com que se defronta a Comunhão Anglicana, que não se reflete do mesmo modo na Igreja Católica, mesmo que ambas as questões sejam significativas a longo termo.

O segundo comentário se refere à consideração que o texto faz da compreensão católica de “infallibilidade”. No §76 CJUM explica como a infalibilidade presta serviço ao dom da indefectibilidade da Igreja “pelo qual o Espírito Santo conduz a Igreja para toda a verdade”. No entanto, quando se refere ao exercício do ofício do ensinamento infalível “em situações específicas e sob certas condições precisas” por meio “ dos que detém “o ministério de supervisão, assistidos pelo Espírito Santo”, poderia ter sido mais claramente afirmado que a Igreja Católica ensina que o Magistério representa, sob certas condições identificáveis, uma particular participação no dom da infalibilidade que Cristo deu à Igreja.²⁷

Na última das nove seções doutrinárias na Parte Um, a IARCCUM está particularmente interessada na mais recente Declaração de Acordo da ARCIC, *Maria: Graça e Esperança em Cristo*, concluída em 2004 e apresentada em 2005, cerca de quatro anos depois da criação da própria IARCCUM. CJUM reconhece que a “compreensão cristã de Maria está inseparavelmente ligada à doutrina sobre Cristo e a

²⁷ A Constituição Dogmática do Concílio Vaticano I, *Pastor Aeternus* (18 de julho de 1870 compreende a própria infalibilidade como um dom à Igreja ao fazer a seguinte definição solene da infalibilidade papal: “quando o o pontífice romano fala ex cathedra... ele possui... aquela infalibilidade que o divino Redentor quis que sua Igreja desfrutasse na definição de doutrinas a respeito da fé e da moral.” (Capítulo IV §9).

Igreja” (§89). Maria pode ser vista por anglicanos e católicos como “cume da Comunhão dos Santos” (§90), de modo que a reflexão das Escrituras sobre sua vida pode ser estudada por aquilo que revela da atividade do Espírito Santo. Assim se aplica sua própria experiência de comunhão com Deus e dentro do Corpo de Cristo às primeiras atividades missionárias e evangelizadoras da Igreja, oferecendo desse modo um modelo de discipulado.

A contribuição dada pela IARCCUM à teologia de comunhão e missão, que é central em CJUM, está resumida na conclusão da Parte Um, *A fé que nos liberta* (§§93–95) e proporciona uma interessante transição para as expressões práticas dessa teologia na Parte Dois. “A Comissão tem se tornado mais profundamente consciente da conexão íntima entre compreensão e cooperação, fé e missão. É nossa convicção que, à medida que avançamos na direção de uma plena comunhão eclesial e respondemos de forma renovada à missão comum confiada pelo Senhor a sua igreja, os remanescentes pontos de divisão irão sendo resolvidos de modo mais efetivo.” (§94). Essa é uma afirmação esperançosa, mas prudente, do valor do que vai ser proposto na Parte Dois. CJUM não diz que testemunho e compromisso conjunto na missão vão levar à resolução mais rápida das diferenças, mas enfatiza o poder de ação e a amplitude do que está sendo proposto.

III. Parte Dois: Propostas de CJUM para a Missão Comum

Caminho para a Unidade e a Missão Comum (§§96–126) oferece sugestões e convites para o envolvimento em trabalho conjunto e missão comum. Está dividido em quatro seções, que tratam das áreas de culto, estudo, ministério e testemunho. Os princípios teológicos para o que vem a seguir são aqui apresentados como algo mobilizador e, por implicação, constituem convites para que as duas Comunhões levem a sério a ligação intrínseca entre a convergência ou acordo teológico e os passos práticos que derivam dos resultados de nosso diálogo. “O discernimento de nossa fé comum desafia nossas Igrejas a reconhecer que elementos de santificação e verdade existem na vida eclesial de ambas e a desenvolver aqueles canais e expressões práticas de cooperação pelos quais a vida e a missão em comum podem ser geradas e sustentadas” (§96).

Dito isso, CJUM não é um texto que tenha sido recebido com força de autoridade. Como já foi mencionado acima, será importante para aqueles que lerem o documento – muito especialmente para os bispos, aos quais ele é principalmente dirigido – que avaliem muito cuidadosamente as propostas específicas do texto, à luz da disciplina e da prática católicas. Nesta breve seção, oferecerei algumas reflexões iniciais sobre as propostas da Parte Dois, tendo em vista o *Diretório para a Aplicação de Princípios e Normas sobre Ecumenismo* e, em grau menor, à luz de outras fontes que definem a participação católica no movimento ecumênico.²⁸

Antes de fazer isso, deve ser reafirmado que as particularidades do relacionamento local irão colorir os caminhos pelos quais CJUM é recebido e a extensão do acolhimento e da prática de suas sugestões. O texto claramente reconhece isso: “Podem existir sérias razões para que algumas das sugestões e convites... não sejam apropriados ou possíveis em alguns contextos locais”. (*GTUM* §99) Isso irá também influenciar a recepção e a reação dos bispos ao texto e será particularmente significativo, onde bispos anglicanos e católicos têm oportunidade de

²⁸ Por facilidade de expressão, este Comentário se referirá daqui para a frente ao *Diretório para a Aplicação de Princípios e Normas sobre Ecumenismo*, publicado pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, em 1993, como *Diretório Ecumênico*.

refletir juntos sobre CJUM, em pares ou em grupos por região.²⁹ As relações entre anglicanos e católicos romanos não são uniformes internacionalmente, já que se desenvolvem em velocidades variáveis, como for apropriado a diferentes locais e de modo a refletir as variações de prioridades no âmbito regional e nacional, com que se defrontam ambas as Comunhões.

Como foi mencionado na introdução, as relações não são uniformes no presente contexto principalmente por causa de diversos posicionamentos a respeito de questões morais e eclesiais no coração das correntes tensões na Comunhão Anglicana. Por essa razão em particular, o que for recomendado terá que ser recebido em nível local e nacional, bem como terá que ser ajustado localmente para sua efetiva implementação. Quando são adotadas posições que distanciam mais uma província ou diocese anglicana do ensinamento católico sobre matérias doutrinárias e onde houver significativo conflito interno numa diocese ou província, é provável que haja espaço muito limitado para iniciativas práticas em conjunto. Assim, pode bem acontecer que algumas sugestões e convites de CJUM apresentem um desafio considerável num contexto e ainda assim exista já uma forma de cooperação ecumênica em outro. O *Diretório Ecumênico* antevê a necessidade de tal discernimento local: “A natureza da ação ecumênica, desenvolvida numa região específica, será sempre influenciada pelo caráter específico da situação ecumênica local. A decisão quanto ao empenho ecumênico adequado compete, de forma especial, ao Bispo, que tem de ponderar as responsabilidades específicas e os apelos característicos da sua diocese.” (§31).

Como será evidente, a maior parte das propostas apresentadas pela IARCCUM – embora não todas – são autorizadas pelo *Diretório Ecumênico* ou estão de acordo com seus princípios. Isso não quer dizer que todas as iniciativas propostas serão igualmente adequadas a anglicanos e católicos em todos os lugares e todos os tempos, mas se conclui que ficará por conta da competência própria dos bispos tomar decisões a esse respeito. A Parte Dois de CJUM teria sido mais funcional se a Comissão tivesse se referido às fontes de autoridade relacionadas a cada particular sugestão: isso teria providenciado um útil recurso para o discernimento local e regional que inevitavelmente deve ser feito.

1. Culto

Expressões visíveis da nossa fé comum (§§100–103) tratam das oportunidades para expressar juntos a nossa fé comum no contexto de culto público, principalmente, mas não exclusivamente, em ligação com o batismo e a eucaristia. As sugestões de CJUM geralmente respeitam os limites que cercam o culto litúrgico, sacramental ou não, colocados aos católicos romanos pelo *Diretório Ecumênico* (1993). No entanto, pode ser discutido de forma convincente que o encorajamento à preparação de recursos catequéticos em comum para a preparação do batismo e da confirmação e para uso em escolas dominicais (§100) vai além dos parâmetros do *Diretório Ecumênico*. Iniciativas pastorais envolvendo catequese e vida sacramental pressupõem um acordo doutrinário e, embora anglicanos e católicos reconheçam mutuamente o seu batismo, CJUM toca apenas levemente no sacramento da confirmação (§37) e um maior diálogo teológico pode se mostrar necessário sobre esse

²⁹ Assim, por exemplo, os bispos católicos da Conferência Inglaterra e País de Gales se encontraram em novembro de 2006 com membros da Casa de Bispos da Igreja da Inglaterra e representantes episcopais da Igreja Anglicana do país de Gales e refletiram *inter alia* sobre o processo da IARCCUM, suas implicações para a cooperação episcopal ecumênica e sobre alguns assuntos de disputa que necessitam de mais reflexão teológica. Esse encontro se deu em resposta ao *Plano de Ação* de Mississauga, em 2000, que solicitava à IARCCUM “encorajar um encontro conjunto de bispos em nível de Províncias e Conferências Episcopais”.

assunto. Da mesma forma, pode ser benéfico ter material catequético comum para escolas dominicais, mas isso dependeria dos assuntos a serem tratados.

As sugestões em CJUM para a oração em comum e as derivadas de um batismo comum ou de uma renovação do batismo são particularmente estimulantes e praticáveis. Por sua natureza, essas sugestões são administráveis dentro da situação da igreja local e seria possível pensar num processo pelo qual uma diocese anglicana e outra católica romana se ofereceriam para gerenciar uma ou mais propostas, de tal modo que pudessem ser apreciadas por uma província e uma Conferência de Bispos que trabalhassem juntas.

Deveria ser óbvio para os católicos que a prece mútua, nas duas Comunhões, pelo “bispo local da outra Igreja como por seu próprio bispo” (§103) supõe inclusão nas orações de intercessão durante a liturgia em vez de se fazer isso no decurso da Oração Eucarística, mas a redação usada em CJUM poderia levar a uma falsa interpretação se não for lida com o devido cuidado e referência aos princípios que governam o envolvimento ecumênico católico romano.³⁰

Em sua reflexão sobre a experiência ecumênica de *koinonia* e dos caminhos pelos quais isso se tornaria visível em nossa vida e missão conjunta, CJUM usa o termo “comunhão espiritual” em várias ocasiões. As maneiras como o termo é usado poderiam ser vistas por alguns católicos com um certo tom de ambiguidade. Elas também sugerem que a dimensão particular de comunhão que CJUM busca descrever poderia se beneficiar de uma maior reflexão teológica no contexto de nossa crescente compreensão comum de *koinonia*.

Os bispos da IARCCUM usaram, eles mesmos, o termo ao descrever uma parte da tarefa que tinham assumido: “A Comissão começou um trabalho intensivo sobre... o desenvolvimento de estratégias para traduzir o grau de comunhão espiritual que tem sido atingido em resultados práticos e visíveis.”³¹ Aqui a Comissão parece estar indicando por “comunhão espiritual” a realidade interna daquele real, embora imperfeito, relacionamento (entre anglicanos e católicos) que vem através do batismo pelo poder do Espírito Santo, que tem a capacidade de crescer e se aprofundar e que se mostra na visível comunhão do Corpo de Cristo. CJUM faz ecoar essa compreensão em sua seção sobre o Batismo, onde afirma: “Essa comunhão espiritual dos batizados recebe a expressão necessária em uma comunidade visível...” (§36).

No entanto, na descrição, feita na Parte Dois, de algumas estratégias para promover a expressão visível da fé partilhada, CJUM emprega o termo de um modo sutilmente diferente. Quando encoraja anglicanos e católicos romanos a assistir à Eucaristia uns dos outros (sempre “respeitando as diferentes disciplinas de nossas igrejas”) CJUM explica: “Embora isso se realize sob a forma de uma presença sem intercomunhão na igreja uns dos outros, ainda assim configuraria uma consciência renovada do valor da comunhão espiritual” (§101).³² O texto traz a implicação de que

³⁰ “Podem ser oferecidas orações públicas por outros cristãos, vivos ou mortos, pelas necessidades e intenções das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais e dos seus chefes espirituais, durante as ladainhas e outras invocações de um serviço litúrgico, mas não durante uma anáfora eucarística. A antiga tradição cristã em liturgia e eclesiologia só permite citar na anáfora eucarística o nome das pessoas em plena comunhão com a Igreja que celebra essa eucaristia.” (PCPUC, *Diretório Ecumênico* [1993] §121).

³¹ *Comunicado*, Primeiro Encontro Plenário da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

³² Muitos (talvez principalmente os mais velhos) católicos romanos estariam familiarizados com a prática, antigamente muito comum, de “fazer uma Comunhão Espiritual” no momento durante a missa em que o Corpo e o Sangue do Senhor está sendo administrado e, por uma variedade de razões, eles escolhem ou são solicitados a ser não comungantes. Essa “Comunhão Espiritual” era compreendida como um momento de união pessoal, não sacramental, com Cristo e sua dimensão comunitária seria bem desconsiderada.

essa “comunhão espiritual” poderia ganhar expressão visível no dar e receber de uma “bênção, que tem se tornado uma prática regular em muitos lugares, para aqueles que não podem receber a santa comunhão” (§101). Embora CJUM não solicite isso explicitamente, um maior estudo ecumênico da relação entre “comunhão espiritual”, os sacramentos de iniciação e a identidade eclesial poderiam nos ajudar a chegar a uma compreensão mais profunda das dimensões de koinonia e de suas expressões visíveis.

2. Estudo

CJUM reflete o mandato dado a IARCCUM, quando encoraja *Estudo Conjunto da Nossa Fé* (§§104–107) de modo a podermos viver nossa real, embora imperfeita, comunhão mais efetivamente. Tal estudo, especialmente das Declarações de Acordo da ARCIC, “pode ajudar anglicanos e católicos romanos a identificar os elementos constitutivos da Igreja na vida e no testemunho uns dos outros e, à medida que discernem aspectos em comum, pode ajudá-los a considerar como eles podem se unir na vivência desses elementos” (§105). Ao estudar as Declarações de Acordo da ARCIC, seria importante observar que a maioria desses textos não teve resposta, em nível de autoridade, da Igreja Católica ou da Comunhão Anglicana, e nessa situação estão sendo publicados como trabalho da Comissão.

Essa seção chama a atenção para o texto de 1997 do PCPUC sobre *A Dimensão Ecumênica na Formação dos que Trabalham no Ministério Pastoral*³³ e tira dele várias sugestões (como também o faz com relação ao *Diretório Ecumênico*), em particular no que se refere a estudo conjunto das Escrituras. O estímulo ao desenvolvimento de princípios hermenêuticos comuns (§104) é útil, já que a obtenção de uma compreensão comum mais profunda das Escrituras seria grandemente benéfica para nossas relações. CJUM não faz nenhuma sugestão a respeito de quem estaria bem qualificado para desenvolver tal projeto; talvez esse seja um projeto que poderia ser assumido pela ARCIC.

3. Ministério

Um convite particular de *Cooperação no ministério* (§§108–117) é dirigido especificamente aos primazes das Igrejas Anglicana e Católica Romana e hierarcas, num apelo que se relaciona tanto com a manutenção e garantia do presente grau de comunhão como com seu potencial de aprofundamento. “Também encorajamos líderes anglicanos e católicos romanos, em nível nacional e internacional, a fazer consultas mútuas, tão amplas quanto possível, antes da tomada de decisões cruciais em assuntos de fé, ordem e vida moral que tenham reflexos na unidade da Igreja” (§109). O valor que os membros da IARCCUM atribuem à influência desse processo de consulta já tem trazido frutos nas relações entre anglicanos e católicos romanos e gera um tema complementar que será abordado depois dentro deste Comentário.

É animador que CJUM tenha destacado as famílias intereclesiais como destinatárias especialmente merecedoras de cuidado pastoral e espiritual partilhado. Famílias de pertença intereclesial têm uma especial importância, em parte porque experimentam continuamente e de modo bem íntimo tanto a realidade como as imperfeições da comunhão partilhada por anglicanos e católicos romanos. Assim, o texto tem o cuidado de recomendar uma abordagem específica: “de particular interesse na área do ministério é a necessidade de desenvolver programas de cuidado pastoral conjunto para famílias intereclesiais (incluindo a preparação para o matrimônio) e de encontrar caminhos para atender a sua situação específica.” (§116). Tal atendimento

³³ Cidade do Vaticano: Imprensa Vaticana, 1997.

pastoral e a preparação para o matrimônio precisariam dedicar atenção aos princípios apresentados no *Diretório Ecumênico* (§§143–160). Destacar tanto as necessidades das famílias intereclesiais como o muito que pode ser aprendido a partir da experiência e da percepção delas seria de grande ajuda, se queremos aprofundar a compreensão da importância eclesial dessas famílias dentro de nossas duas Comunhões.

Uma proposta dessa seção convida a considerar uma “possível associação de bispos anglicanos com bispos católicos romanos em suas visitas *ad limina* a Roma” (§111). Isso é um eco da proposta feita na declaração da ARCIC de 1999 - *O Dom da Autoridade* (§59). Eu observaria que essa sugestão requer muito mais reflexão. Quando um grupo nacional ou regional de bispos se encontra com o sucessor de Pedro, há uma forte experiência e expressão de comunhão, que é qualitativamente diferente da experiência de um encontro ecumênico de bispos cujas Igrejas desfrutam de comunhão parcial. A sugestão de CJUM vem no contexto de um significativo trabalho ecumênico e de interesse no ministério petrino, o que é muito estimulante. Mesmo assim, a proposta de agregar bispos anglicanos a visitas *ad limina* não foi formalmente encorajada pela Santa Sé; e eu sugiro que ela não seja estimulada até que tenha recebido uma resposta provida de autoridade das partes envolvidas. Pode haver um tempo em nosso relacionamento em que isso seja apropriado, mas talvez esse tempo ainda não tenha chegado.

Várias propostas dessa seção (para encontros regionais de bispos anglicanos e católicos, para declarações pastorais conjuntas em assuntos de interesse comum, relativas a convite para participar como observadores nos encontros colegiados e sinodais uns dos outros) são práticas comuns em muitas regiões e têm contribuído bastante para fortalecer as relações e promover testemunho comum. As propostas do §112, referentes a aspectos de formação e educação teológica em conjunto, também podem se mostrar frutíferas, mas tais iniciativas devem ser cuidadosamente desenvolvidas dentro dos parâmetros colocados no *Diretório Ecumênico* e no documento *A Dimensão Ecumênica na Formação dos que Trabalham no Ministério Pastoral*.

4. Testemunho

Um poderoso argumento teológico, destacando a necessidade de vida e missão conjuntas, que deveriam ser consequência do estado atual de nossa comunhão, está apresentado na seção final da Parte Dois, *Testemunho Partilhado no Mundo* (§§118–125). Como sacramento universal de salvação, a Igreja ao mesmo tempo prefigura e presta serviço à construção da perfeita unidade do Reino de Deus, que é a vontade de Deus para todos os homens e mulheres. “Reconhecemos a íntima relação que existe entre a unidade da Igreja, a paz e o bem estar da comunidade humana e a integridade de toda a criação” (§118). Daí se segue que, embora essa verdade se manifeste em plenitude na Igreja Católica, nossa experiência de comunhão imperfeita com os batizados de outras Igrejas e comunidades eclesiais continua a ser obstáculo à completa ação de nosso testemunho e serviço e isso nos impulsiona a resolver nossas diferenças. Foi-nos oferecido um motivo poderoso para comprometer nossas duas Comunhões com uma expressão mais forte de vida e missão comum: a capacidade (que ainda atingiu o pleno resultado) que a Igreja tem para mudar o mundo.

Embora seja útil que esses convites e sugestões estejam tematicamente organizados, parece uma pena que CJUM não tenha sugerido uma abordagem geral que definisse prioridades. Ao mesmo tempo, nesse documento a IARCCUM mostra

respeito pelo processo de recepção, por uma apropriada adaptação e conveniente adoção das medidas que CJUM encoraja. Fica implícito que seria tarefa conjunta dos bispos anglicanos e católicos (ou das Províncias Anglicanas e Conferências Episcopais Católicas) adaptar e priorizar as recomendações feitas.

IV. Quatro temas complementares

Ao longo das principais afirmações teológicas de CJUM, há quatro temas relacionados e recorrentes que estão presentes explícita ou implicitamente no documento. Eles reforçam e ilustram o significado do tema central. Três deles focalizam principalmente o relacionamento de anglicanos e católicos romanos, como ele é e como pode vir a se desenvolver, enquanto o quarto retrata a natureza da Comunhão Anglicana e nossa crescente compreensão conjunta do seu papel como parceira no diálogo.

O primeiro desses temas, ao qual já nos referimos, é a necessidade e o valor do processo de consulta. Isso foi elencado no *Plano de Ação* de Mississauga como um instrumento que poderia ser usado por parceiros em diálogo para influenciar os respectivos organismos decisórios uns dos outros na defesa do atual grau de comunhão. Os bispos então imaginaram a função da IARCCUM, que iria “examinar modos de garantir consulta formal antes de uma Igreja tomar decisões sobre assuntos de fé e moral que afetariam a outra Igreja, tendo em vista as Declarações de Acordo da ARCIC.” (*Plano de Ação* de Mississauga)

Em sua reflexão sobre *Discipulado e Santidade*, CJUM está ciente de que o processo de convergência com o qual nossas duas Comunhões estão comprometidas pode ser paralisado ou até gradualmente revertido pela pressão da divergência. “Concordamos que existe um perigo de que as áreas de desacordo entre nós se expandam à medida que novos temas e contextos rapidamente emergem. Precisamos estudar juntos e desenvolver estruturas comuns para a tomada de decisões” (§87).

A Parte Dois reitera a necessidade de consulta e, por meio de uma proposta concreta, sugere que: “Sempre que possível, observadores leigos e ordenados podem ser convidados para assistir a conferências e encontros sinodais e colegiados da outra Igreja” (§109). As dificuldades associadas à implementação dessa recomendação variarão de acordo com a natureza dos próprios organismos decisórios em cada um das duas Comunhões. Outra oportunidade para consulta se relaciona com a necessidade de consistência no diálogo quando mais de um parceiro de diálogo está envolvido e se torna importante – em relações bi-laterais e multi-laterais – que se assegure que o que foi aceito por um parceiro ecumênico é pelo menos compatível com que se combinou com outro. E Para conseguir isso e “para estender os parâmetros de consenso na fé que já atingimos, recomendamos energicamente um processo de consulta quando um de nós se envolve numa nova parceria ecumênica com outra Igreja, seja em nível local, regional ou mundial” (§123).³⁴

No contexto das relações Anglicano - Católica Romanas, o exemplo mais significativo de tais consultas, já mencionado, é o convite feito por Dr Rowan Williams

³⁴ Essa observação pode também ser significativa para a manutenção da comunhão dentro da Comunhão Anglicana, especialmente onde existem acordos ecumênicos entre um parceiro ecumênico e uma ou mais Províncias Anglicanas, mas que não envolvem formalmente outras Províncias. Um exemplo importante dessa situação é a *Declaração Comum de Porvoo*, em 1996, entre Províncias Anglicanas inglesas e irlandesas e a maioria das Igrejas Luteranas nórdicas e do Báltico. O que está em questão aqui é a possibilidade de anglicanos e católicos irem além das descrições oferecidas em CJUM §§21 e 22, na direção de um consenso na compreensão do que significa para as igrejas estar em plena comunhão.

ao cardeal Kasper “para se unir a ele na criação de sub comissão ad hoc, composta por membros da IARCCUM e ARCIC, para refletir sobre os temas eclesiológicos com que os anglicanos se defrontam”³⁵, após as decisões tomadas pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América e dentro da Igreja Anglicana do Canadá. Como consequência desse convite, a sub comissão de Eclesiologia apresentou suas Reflexões (8 de junho de 2004) à Comissão de Lambeth, cujo mandato se cumpriu com a conclusão do *Relatório de Windsor* em outubro de 2004.

Dois elementos completam esse processo de consulta. O arcebispo Williams pediu ao cardeal Kasper que escrevesse uma carta sobre o *Relatório de Windsor* e, a convite do arcebispo de Canterbury, ele viajou a Londres para conversar com o primaz e com os membros do gabinete da Comunhão Anglicana.³⁶ Nessa carta ao Dr Williams, o cardeal Kasper reafirma a disposição da Igreja Católica de se envolver nessa consulta. “Num espírito de parceria ecumênica e amizade, estamos dispostos a apoiar esse processo da maneira que for adequada e solicitada.”³⁷ Uma consulta formal nesse nível não tem precedentes nas relações Anglicano - Católica Romanas e oferece um bom e funcional exemplo do contexto dentro do qual e fora do qual CJUM busca estimular essa cooperação formal.³⁸

Outro tema importante bem relacionado ao conselho de CJUM sobre o processo de consulta – e que é crucial para o processo que produziu a Declaração de Acordo – é a influência de periódicos encontros pessoais entre o papa e o arcebispo de Canterbury. Em ambas as nossas Comunhões esses encontros são vistos como mais do que simbólicos e têm freqüentemente dado ao diálogo uma nova direção e um novo impulso.

Quando o papa João Paulo II se dirigiu aos membros da IARCCUM em 2001, ele fez um histórico da seqüência dos encontros que ele e seu predecessor, papa Paulo VI, tiveram com sucessivos arcebispos de Canterbury e indicou os avanços no diálogo, que se seguiram a cada encontro. Assim, o estabelecimento da ARCIC, o novo ímpeto nas relações Anglicano - Católica Romanas que produziu a segunda fase da ARCIC e o estabelecimento da IARCCUM foram, cada um, resultados que se sucederam a um encontro em que o compromisso pessoal do papa e do arcebispo e suas convicções como líderes ecumênicos dariam frutos no desenvolvimento de estruturas formais a serviço do diálogo e da comunhão.³⁹

O papa Bento XVI destacou o significado dessas reuniões no seu encontro com o Dr Rowan Williams, em novembro de 2006, quarenta anos depois da visita do Dr Michael Ramsey ao papa Paulo VI em 1966. “As visitas dos arcebispos de Canterbury à Santa Sé têm servido para fortalecer as relações (Anglicano-Católica Romanas) e desempenharam um papel importante na abordagem dos obstáculos que nos separam.”⁴⁰ Um sinal da franqueza e da confiança que esses encontros promoveram é que o papa Bento pode se referir, nesse contexto, aos pronunciamentos públicos do

³⁵ *Atualização sobre as Relações com a Comunhão Anglicana*, PCPUC, 27 de abril de 2005.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ Carta do cardeal Walter Kasper ao Dr Rowan Williams, 17 de dezembro de 2004.

³⁸ Em nível nacional, essa importante consulta formal tem seu correspondente no convite que a Igreja da Inglaterra fez aos bispos católicos da Conferência da Inglaterra e país de Gales no sentido de enviarem um observador católico romano para participar no grupo de trabalho da Casa dos Bispos sobre o tema das mulheres no episcopado. O grupo de trabalho foi presidido pelo bispo de Rochester, Rev Dr Michael Nazir- Ali, um membro da IARCCUM, e o Relatório (intitulado *Mulheres bispos na Igreja da Inglaterra?*, embora seja largamente mencionado como *Relatório de Rochester*) foi publicado em 2004.

³⁹ *Discurso* do papa João Paulo II aos membros da IARCCUM, 24 de novembro de 2001.

⁴⁰ *Discurso* do papa Bento XVI ao Dr Rowan Williams, 23 de novembro de 2006.

Dr. Williams “sobre as tensões e dificuldades que ameaçavam a Comunhão Anglicana e conseqüentemente sobre a incerteza do futuro da própria Comunhão” e à vital importância desses temas para o relacionamento Anglicano-Católico Romano.⁴¹

Um compromisso com esses procedimentos de consulta e com as oportunidades de encontro pessoal entre os líderes de nossas duas Comunhões apresenta dois caminhos pelos quais nossa real, embora imperfeita, comunhão pode achar expressão no testemunho e na missão em conjunto. Uma terceira expressão, a colaboração episcopal entre bispos anglicanos e católicos, é também encorajada e, por causa do *modus operandi* da IARCCUM, é também apresentada por CJUM.

A IARCCUM foi criada como “uma organização episcopalmente liderada destinada a promover iniciativas práticas que dariam expressão ao grau de fé partilhado por anglicanos e católicos.”⁴² Passou a existir por causa do encontro dos bispos em Mississauga, que refletiram juntos em clima de oração e estudo sobre a sua experiência de bispos e conseqüentemente desejaram partilhar os benefícios dessa experiência através da existência e do trabalho da IARCCUM. Em seu prefácio para CJUM, os co-presidentes da IARCCUM destacaram que “este texto foi preparado por bispos e é dirigido primeiramente aos bispos” (embora esperem que os bispos façam ampla consulta sobre suas implicações). Esse último ponto é reiterado na exortação final de CJUM: “Nós, bispos da IARCCUM, propomos firmemente essas sugestões aos membros do episcopado do mundo inteiro” (§126).

Na seção de CJUM sobre *Ministério*, o texto nos lembra que o bispo é um sinal e um instrumento da comunhão em suas dimensões espaciais e temporais, unindo as igrejas na missão, na fé e na santidade, e que a colegialidade episcopal está a serviço e atua como garantia da apostolicidade (§§54 e 55). Já que isso é verdadeiro a respeito de bispos que exercem juntos seu ministério em plena comunhão uns com os outros dentro de uma Igreja, deve ser também uma característica, *mutatis mutandis*, de bispos que trabalham e testemunham juntos ecumenicamente a fim de manifestar, preservar e auxiliar o aprofundamento de nossa real, embora parcial, comunhão. A IARCCUM oferece um modelo de real, embora imperfeita, colegialidade episcopal ecumênica em nível internacional, como complemento de ocasionais encontros pessoais entre papas e arcebispos de Canterbury, e agindo sempre de forma compatível com esses encontros. No *Plano de Ação* de Mississauga, a Comissão recebeu a tarefa de encorajar encontros nacionais e regionais de bispos, sempre que possível, e a discussão de CJUM providenciaria o óbvio ponto de partida para tais reuniões. Esses encontros podem ter menos terrenos comuns em que se basear, nos locais em que o relacionamento tem sido complicado por acontecimentos recentes. No entanto, décadas de promoção de relações mais profundas podem ter criado um clima local que torna apropriado e bem-vindo o sincero intercâmbio sobre as implicações ecumênicas de possíveis decisões.

O quarto tema complementar difere dos outros porque diz respeito à eclesiologia da Comunhão Anglicana e assim toca no que é interno à sua vida e missão. No encontro Plenário do PCPUC, em 2003, esse tema foi abordado no *Relatório Introductorio do Presidente*: “Nossa colaboração com a Comunhão Anglicana destaca um problema e uma aporia atual do ecumenismo, ou seja: a emergência de novos problemas éticos e a fragmentação interna da Comunhão Eclesial... Embora não

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Atualização sobre as Relações com a Comunhão Anglicana, PCPUC, 27 de abril de 2005*

pretendendo interferir, devemos ter em mente que, como parceiros ecumênicos, não somos apenas observadores, mas ativos participantes.”⁴³

Como se mencionou anteriormente, a Comunhão Anglicana consultou a Igreja Católica sobre os temas que ameaçavam a própria integridade da Comunhão e a carta do cardeal Kasper ao Dr Rowan Williams (17 de dezembro de 2004) aprova os passos práticos concebidos pelo *Relatório de Windsor* para colocar a autonomia das Províncias Anglicanas mais seguramente dentro da interdependência da Comunhão Anglicana. Entre os modos de fortalecer os laços de comunhão propostos pelo *Relatório de Windsor*, três são destacados na carta do cardeal Kasper: “especialmente a interpretação da autonomia provincial em termos de interdependência, estando assim sujeita aos limites gerados pelo compromisso de comunhão” (n. 79). Ligado a isso está o incentivo do Relatório na direção do fortalecimento da autoridade supra-provincial do arcebispo de Canterbury (109–110) e a proposta de uma Aliança Anglicana que tornaria “explícitos e firmes a lealdade e os laços de afeição que governam as relações entre as Igrejas da Comunhão (n. 118).”⁴⁴

A Igreja Católica se importa com a manutenção da identidade eclesial e da consistência da Comunhão Anglicana na medida em que elas refletem a eclesiologia do Concílio Vaticano II e são, portanto, uma base segura para nossas relações ecumênicas. Quarenta anos de diálogo e o convite para expressar seu ponto de vista deram condições à Igreja Católica para refletir sobre a identidade eclesial da Comunhão Anglicana de uma forma que antes seria considerada impossível. É uma indicação de que a consistência da Comunhão Anglicana é relevante para a Igreja Católica como uma dimensão importante da real, embora imperfeita, comunhão que nos une em Cristo, “permitindo reforçar a nossa compreensão da Comunhão Anglicana precisamente como comunhão. Para a continuação de nosso diálogo ecumênico é importante para nós ter uma clara compreensão de quem é nosso parceiro.”⁴⁵

À luz dessas preocupações, é claro que a eclesiologia de comunhão sintetizada em CJUM tem implicações para a Comunhão Anglicana no que se refere a sua própria missão (“a missão fica prejudicada quando falta a comunhão” §17) e ao papel, propósito e estilo do ministério da primazia (“A comunhão da Igreja requer um ministério de primazia em cada nível da vida da Igreja...” §70). A Declaração de Acordo percebe que uma área fundamental para maior reflexão teológica é “a relação entre o local e o universal na vida da Igreja e, em particular, sobre o lugar e a autoridade das estruturas nacionais e regionais”. (§73). O texto prossegue detalhando o tema específico, relevante nesse contexto: “Um tópico importante é a questão de saber se a Comunhão Anglicana estaria aberta a instrumentos de supervisão que permitiriam que decisões, em certas circunstâncias, fossem obrigatórias para os membros de todas as províncias.” (§74). Já que essa questão só pode ser respondida pela Comunhão Anglicana e dentro dela (mesmo em processo de consulta com a Igreja Católica), CJUM sabiamente permanece sem indicar compromisso definitivo. No entanto, a

⁴³ *Relatório Introdutório do Presidente* ao PCPUC no Encontro Plenário de 2003, IV §1. Anteriormente, em seu relatório, o cardeal Kasper havia elencado alguns dos novos problemas éticos (“temas como aborto, divórcio, eutanásia, homossexualidade...”) e acrescentou: “Disputas entre Igrejas Autocéfalas Ortodoxas, dentro da Comunhão Anglicana, dentro das comunidades eclesiais da Reforma e, às vezes, dentro da própria Igreja Católica, são destrutivas para o diálogo ecumênico.” (II §2).

⁴⁴ Carta do cardeal Walter Kasper ao Dr Rowan Williams, 17 de dezembro de 2004.

⁴⁵ *Ibid.* Como se mencionou anteriormente neste Comentário, “a continuação do diálogo ecumênico” sugere uma possível terceira fase da ARCIC, na qual o diálogo pode se voltar para o que a carta identifica como uma das “questões subjacentes de amplo significado ecumênico; o relação entre a Igreja universal e a igreja local”.

resposta anglicana terá sem dúvida um impacto significativo nas relações Anglicano-Católica Romanas no futuro.

Comentários de conclusão

Recentemente, o autor deste Comentário teve a possibilidade de discutir CJUM com dois membros da IARCCUM, um anglicano e outro católico romano. Cada um destacou um tema que seria significativo, não apenas no nível de relacionamento entre nossas duas Comunhões mas também de modo importante nos níveis locais e nacionais, onde bispos anglicanos e católicos romanos vivem e trabalham juntos. Tal consideração das implicações da Declaração de Acordo em nível local, pelos bispos, clero e laicato, é o que o documento prevê e encoraja. Ao mesmo tempo é importante lembrar que CJUM requer algum reconhecimento formal por parte das autoridades às quais é apresentado, para que possa ser usado, de modo frutuoso e confiante, por anglicanos e católicos romanos.

O primeiro desses temas tem a ver com o fato de que, para alguns anglicanos, haverá preocupação de que a Comunhão Anglicana, movendo-se na direção de uma maior conciliaridade e da proposta Aliança, possa necessitar de alguma espécie de estrutura jurisdicional e que isso possa resultar, no trabalho pastoral, em um novo tipo de recepção do ministério da primazia universal. Em tais circunstâncias como se poderia preservar, honrar e promover o legítimo patrimônio dos anglicanos? O outro tema deriva de que, para alguns católicos, pode ser de particular importância que a Parte Dois de CJUM preveja uma cooperação em que anglicanos e católicos trabalhem e testemunhem juntos como parceiros igualitários, especialmente naqueles locais onde o anglicanismo tem um status especial ou uma posição bem estabelecida. A discussão dessas questões, surgindo em nível local ou nacional, certamente fortalecerá a cultura de diálogo que deve acompanhar nossa reflexão sobre propostas práticas.

Olhando para o futuro do diálogo Anglicano/ Católico Romano, devemos nos sentir encorajados pela convicção da Igreja Católica de que, num relacionamento em Cristo de real, embora imperfeita, comunhão eclesial, a *realidade* dessa comunhão é fundamental. Somente tendo por base a comunhão que já existe é possível dar forma a um diálogo sobre as remanescentes ou emergentes *imperfeições* em nossa comunhão, que nos levará então a uma experiência de uma comunhão mais plena ou menos imperfeita. Assim, mesmo obstáculos à comunhão entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica podem ser assunto de um diálogo que cremos que continua a nos conduzir à plena, visível unidade.

Tanto para a Comunhão Anglicana como para a Igreja Católica, em *Crescer Juntos na Unidade e na Missão*, a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana para a Unidade e Missão oferece “uma visão do que já foi alcançado, um panorama realista das dificuldades encontradas e uma agenda para discussão futura”⁴⁶ (94). Como tal merece ser acolhido e mais amplamente estudado para que a presente realidade de nossas relações ecumênicas possa ser mais claramente compreendida e para que a real, embora parcial, comunhão de que desfrutamos possa tornar-se mais visível em efetivo testemunho e missão.

+Bernard Longley
Bispo Auxiliar de Westminster
15 de junho de 2007

⁴⁶ Dr Michael Nazir-Ali (membro anglicano da IARCCUM), falando em Leeds, Inglaterra, 14 de novembro de 2006.